

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Diretoria de Gestão de Pessoas

Divisão de Atendimento de Gestão de Pessoas

Serviço de Atendimento ao Servidor



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

GUIA DOCUMENTAL PARA POSSE E EXERCÍCIO DE MAGISTRADOS(AS)

Checklist, fichas, declarações e orientações para ingresso na Magistratura do TJTO

Resolução TJTO nº 2/2014 e suas alterações

APRESENTAÇÃO

BOAS-VINDAS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins dá as boas-vindas ao(à) nomeado(a) e apresenta este Guia Documental como instrumento de orientação e apoio à etapa inicial de ingresso na Magistratura tocantinense.

Este material reúne, de forma organizada, o checklist documental, a ficha cadastral, as declarações, os formulários e as orientações necessárias à posse, ao exercício e aos demais procedimentos administrativos relacionados ao início da vida funcional.

A Diretoria de Gestão de Pessoas coloca-se à disposição para prestar os esclarecimentos necessários e contribuir para que este momento de ingresso ocorra de forma organizada, acolhedora e segura.

CANAIS DE ATENDIMENTO

Em caso de dúvidas ou necessidade de orientação durante o processo de posse, exercício e início da vida funcional, o(a) nomeado(a) poderá entrar em contato com as unidades abaixo.

Serviço de Atendimento ao Servidor (SATES)

sates@tjto.jus.br

(63) 3142-1127 | (63) 3142-1124

Serviço de Acompanhamento na Carreira (SEAC)

seac@tjto.jus.br

(63) 3142-1176

Serviço de Auxílio-Saúde da DIGEP (SASDIGEP)

digep@tjto.jus.br

(63) 3142-1178

Junta Médica Oficial

juntamedica@tjto.jus.br

(63) 2018-1687 (63) 2018-1688

(63) 3142-1015 (63) 3142-1311

(63) 3142-1312 (63) 3142-0836

SUMÁRIO

Apresentação	02
Checklist de Documentação Pessoal	04
Checklist de Declarações e Formulários	05
Checklist de Certidões	06
Checklist de Exames e Documentos para a Junta Médica	07
Anexo I — Ficha Cadastral	08
Anexo II — Declaração de inacúmulo de cargos	13
Anexo III — Declaração de inexistência de relação familiar ou de parentesco	14
Anexo IV — Declaração sobre exercício da advocacia	15
Anexo V — Declaração de participação ou não em sociedade privada	16
Anexo VI — Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade (TCSC)	17
Anexo VII — Declaração de inexistência de impedimento para a posse (Resolução CNJ nº 156/2012)	19
Anexo VIII — Autodeclaração de isenção de entrega da Declaração de Imposto de Renda e de bens e valores	20
Anexo IX — Declaração de vínculos com entes públicos ou órgãos jurisdicionais nos últimos 10 (dez) anos	21

CHECKLIST I

DOCUMENTAÇÃO PESSOAL

Assinale os itens já providenciados. Os itens sem marcação indicam o que ainda falta reunir. A conferência oficial da documentação é feita pela Diretoria de Gestão de Pessoas no momento da posse.

- ☐ Documento Oficial de identificação com foto e CPF

Documentos expedidos pelas Secretarias de Segurança Pública, Polícia Civil, Forças Armadas, Comandos Militares ou Polícia Federal; documentos expedidos por órgãos fiscalizadores do exercício profissional com validade de documento de identidade reconhecida; passaporte brasileiro; certificado de reservista; documentos funcionais expedidos por órgão público que, por lei federal, tenham validade de documento de identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação

- ☐ Título de Eleitor

- ☐ Certidão de Reservista, para o sexo masculino, até os 45 (quarenta e cinco) anos de idade

- ☐ Diploma de Bacharel em Direito, devidamente registrado pelo órgão competente

- ☐ Comprovante de solicitação de cancelamento ou de licença da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

- ☐ Comprovante de Estado Civil

- Certidão de Nascimento, se solteiro;*
- Certidão de Casamento, se casado;*
- Certidão de Casamento com averbação de divórcio, se divorciado;*
- Certidão de Casamento com averbação da separação judicial, se separado judicialmente;*
- Certidão de Óbito do cônjuge, se viúvo*

- ☐ PIS/PASEP ou extrato de inexistência de registro, obtido no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal

- ☐ Comprovante de endereço atualizado

Últimos três meses

- ☐ Última declaração de Imposto de Renda completa, dispensado o número do recibo

Em caso de isenção de declaração de Imposto de Renda, apresentar autodeclaração correspondente

- ☐ Comprovante de Coleta de Informações Previdenciárias

Fornecido pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (IGEPREV)

- ☐ Curriculum Vitae

- ☐ Foto 3 x 4

CHECKLIST II

DECLARAÇÕES E FORMULÁRIOS

Assinale os documentos já preenchidos e assinados. Os demais devem ser preenchidos a partir dos modelos disponíveis nos anexos indicados, clicando para ir direto à página correspondente.

Assinatura eletrônica pelo GOV.BR: Cada documento deve ser assinado **separadamente**. O(a) nomeado(a) deve destacar cada anexo em arquivo próprio e assiná-lo um a um.

☐ Ficha Cadastral	ANEXO I
☐ Declaração de inacúmulo de cargos	ANEXO II
☐ Declaração de inexistência de relação familiar ou de parentesco	ANEXO III
☐ Declaração sobre exercício da advocacia	ANEXO IV
☐ Declaração de participação ou não em sociedade privada	ANEXO V
☐ Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade (TCSC)	ANEXO VI
☐ Declaração de inexistência de impedimento para a posse (Resolução CNJ nº 156/2012)	ANEXO VII
☐ Autodeclaração de isenção de entrega da Declaração de Imposto de Renda e de bens e valores <i>Exigível apenas do(a) nomeado(a) dispensado da entrega da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física. Substitui, nesse caso, a declaração dispensada, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "h", da Resolução TJTO nº 2/2014.</i>	ANEXO VIII
☐ Declaração de vínculos com entes públicos ou órgãos jurisdicionais nos últimos 10 (dez) anos	ANEXO IX

CHECKLIST III

CERTIDÕES

Assinale as certidões já providenciadas. Clique no link ao lado de cada item para ir direto à página oficial de emissão

Certidões, declarações e demais documentos exigidos para a posse devem estar dentro do prazo de validade neles expressamente indicado. Na ausência de prazo expresso, o documento terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão até a data de apresentação ao Tribunal, nos termos do art. 1º, § 8º, da Resolução TJTO nº 2/2014.

JUSTIÇA FEDERAL

☐ Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Federal

[EMITIR ONLINE ↗](#)

ABRA EM UMA NOVA GUIA

A certidão deverá abranger, além da 1ª Região, todos os locais em que o(a) nomeado(a) residiu nos últimos 5 anos.

JUSTIÇA ELEITORAL

☐ Certidão Negativa de Crimes Eleitorais (TSE)

[EMITIR ONLINE ↗](#)

ABRA EM UMA NOVA GUIA

☐ Certidão de Quitação Eleitoral (TSE)

[EMITIR ONLINE ↗](#)

ABRA EM UMA NOVA GUIA

JUSTIÇA ESTADUAL E MILITAR

☐ Certidão Negativa Cível, Criminal e Militar da Justiça Estadual — 1ª instância

[EMITIR ONLINE ↗](#)

ABRA EM UMA NOVA GUIA

☐ Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Estadual — 2ª instância

[EMITIR ONLINE ↗](#)

ABRA EM UMA NOVA GUIA

A certidão deverá abranger, além do TJTO, todos os locais em que o(a) nomeado(a) residiu nos últimos 5 anos.

☐ Certidão Negativa da Justiça Militar da União (STM)

[EMITIR ONLINE ↗](#)

ABRA EM UMA NOVA GUIA

TRIBUNAIS DE CONTAS

☐ Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares — TCU

[EMITIR ONLINE ↗](#)

ABRA EM UMA NOVA GUIA

☐ Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares — TCE/TO

[EMITIR ONLINE ↗](#)

ABRA EM UMA NOVA GUIA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

☐ Certidão Negativa de Condenação por Ato de Improbidade Administrativa — CNJ

[EMITIR ONLINE ↗](#)

ABRA EM UMA NOVA GUIA

CHECKLIST IV

EXAMES E DOCUMENTOS PARA A JUNTA MÉDICA

Assinale os exames já realizados. Os exames pendentes devem ser agendados junto à Junta Médica Oficial do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, que definiu o rol abaixo. Os exames devem ter sido realizados a menos de 30 (trinta) dias da data da apresentação, nos termos do art. 1º, § 6º, da Resolução TJTO nº 2/2014.

- ☐ Hemograma Completo
- ☐ Grupo Sanguíneo e Fator RH
- ☐ TSH
- ☐ Glicemia em jejum
- ☐ Ureia e Creatinina
- ☐ Gama-GT
- ☐ TGO e TGP
- ☐ EAS
- ☐ Colesterol Total e Fracionado
- ☐ Triglicérides
- ☐ Sorologia para Chagas — IgM e IgG
- ☐ Eletrocardiograma com Laudo
- ☐ Radiografia de Tórax em PA e Perfil, com Laudo
- ☐ Relatório médico psiquiátrico, emitido por psiquiatra
Deve constar do relatório a especialidade ou o número do registro do título de especialista do médico no CRM.
- ☐ Relatório médico oftalmológico, emitido por oftalmologista
Deve constar do relatório a especialidade ou o número do registro do título de especialista do médico no CRM.
- ☐ Comprovante de Vacinação contra a Febre Amarela

CONCLUÍDOS OS EXAMES ACIMA:

- ☐ Avaliação de Aptidão
Emitida pela Junta Médica Oficial do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, mediante apresentação dos exames relacionados acima.

FICHA CADASTRAL | ANEXO I

I — DADOS PESSOAIS

NOME DO(A) MAGISTRADO(A):

NOME SOCIAL DO(A) MAGISTRADO(A), SE HOUVER:

DATA DE NASCIMENTO:

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO:

UF DE NASCIMENTO:

NACIONALIDADE:

NOME DO CÔNJUGE:

DATA DE CASAMENTO:

NOME DA MÃE:

NOME DO PAI:

ANO DE CHEGADA AO BRASIL (SE ESTRANGEIRO):

DATA DO PRIMEIRO SERVIÇO PÚBLICO (EXERCÍCIO):

TIPO SANGUÍNEO:

☐ O

☐ A

☐ B

☐ AB

☐ Não informado

FATOR RH:

☐ Positivo

☐ Negativo

FICHA CADASTRAL | ANEXO I

ESTADO CIVIL:

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ União Estável
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ Separado(a) Judicialmente

COR/RAÇA:

- ☐ Indígena
- ☐ Branco(a)
- ☐ Negro(a) — Preto(a)
- ☐ Negro(a) — Pardo(a)
- ☐ Amarelo(a)

IDENTIDADE DE GÊNERO:

- ☐ Cisgênero
- ☐ Transgênero
- ☐ Transexual
- ☐ Travesti
- ☐ Gênero fluido
- ☐ Agênero
- ☐ Outra

FOI APROVADO(A) EM REGIME DE COTAS?

- ☐ Não
- ☐ Cota racial
- ☐ Cota para pessoa com deficiência
- ☐ Cota de gênero
- ☐ Outros

PESSOA COM DEFICIÊNCIA — PCD?

- ☐ Não
- ☐ Sim

TIPO DE DEFICIÊNCIA:

- ☐ Física
- ☐ Auditiva
- ☐ Deficiência múltipla
- ☐ Mental
- ☐ Visual
- ☐ Outras

PORTADOR DE DOENÇA GRAVE — CID 10 N°:

PESSOA COM DEFICIÊNCIA — CID 10 N°:

DOADOR DE ÓRGÃOS:

- ☐ Sim
- ☐ Não

SEXO:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Intersexo

FICHA CADASTRAL | ANEXO I

II — DADOS DOS DEPENDENTES

POSSUI FILHOS?

☐ Sim

☐ Não

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

TEM FILHO COM DEFICIÊNCIA
(PCD)?

☐ Não

☐ Sim

TIPO DE DEFICIÊNCIA:

☐ Física

☐ Auditiva

☐ Outra

☐ Mental

☐ Visual

NOME:

PORTADOR DE DOENÇA GRAVE — CID 10 N°:

PESSOA COM DEFICIÊNCIA — CID 10 N°:

NOME:

PORTADOR DE DOENÇA GRAVE — CID 10 N°:

PESSOA COM DEFICIÊNCIA — CID 10 N°:

NOME:

PORTADOR DE DOENÇA GRAVE — CID 10 N°:

PESSOA COM DEFICIÊNCIA — CID 10 N°:

FICHA CADASTRAL | ANEXO I

III — ENDEREÇO

ENDEREÇO:

CEP:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

IV — DOCUMENTOS

CPF:

PIS/PASEP:

RG:

DATA DE EXPEDIÇÃO:

VIA:

☐ 1ª

☐ 2ª

ÓRGÃO EXPEDIDOR:

UF EXPEDIDORA:

TÍTULO ELEITORAL:

ZONA:

SEÇÃO:

DATA DE EXPEDIÇÃO:

MUNICÍPIO:

UF:

SITUAÇÃO MILITAR:

☐ Não alistado

☐ Alistado

☐ Dispensado

☐ Reservista de 1ª

☐ Reservista de 2ª

☐ Oficial de Reserva

Nº DO DOCUMENTO:

DATA DE EXPEDIÇÃO:

ÓRGÃO EXPEDIDOR DA SITUAÇÃO MILITAR:

FICHA CADASTRAL | ANEXO I

V — CONTATOS

TELEFONE RESIDENCIAL:

TELEFONE CELULAR:

NOME E CONTATO DE EMERGÊNCIA:

E-MAIL PESSOAL:

VI — ESCOLARIDADE

NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

- ☐ Graduação
- ☐ Pós-graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós-doutorado

CURSO:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

DATA DA CONCLUSÃO DO CURSO:

MUNICÍPIO E UF:

DECLARAÇÃO

ANEXO II

Declaração de Inacúmulo de Cargos

Eu, ,
CPF nº , declaro, para fins de posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "b", da Resolução TJTO nº 2/2014, que não ocupo, em caráter efetivo, comissionado ou de qualquer outra natureza, cargo, emprego ou função pública que contrarie o disposto no art. 95, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS, CASO OCUPE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO DE MAGISTÉRIO:

CARGO/FUNÇÃO:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

CARGA HORÁRIA SEMANAL:

Observação: o declarante deve apresentar Certidão de Vínculo emitida pela instituição de ensino, constando cargo, vínculo, carga horária e compatibilidade de horários com o exercício da magistratura.

ESTÁ EM GOZO DE LICENÇA, AFASTAMENTO OU DISPONIBILIDADE EM OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA?

☐ Não ☐ Sim

QUAL O CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA?

QUAL O ÓRGÃO?

ESTÁ APOSENTADO EM OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DO ART. 37, § 10, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL?

☐ Não ☐ Sim

QUAL O CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA?

QUAL O ÓRGÃO?

DECLARO, por fim, sob minha responsabilidade pessoal, na forma do art. 299 do Código Penal, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Por ser verdade, assino a presente.

(Nome por extenso ou assinatura eletrônica pelo GOV.BR)

DECLARAÇÃO | ANEXO III

Declaração de Inexistência de Relação Familiar ou de Parentesco

Eu,
CPF nº , declaro, para fins de posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "d", da Resolução TJTO nº 2/2014, e dos arts. 2º, caput e § 1º, e 4º da Resolução CNJ nº 7/2005:

☐ **NÃO** tenho relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada na forma do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005.

☐ **SIM**, tenho relação familiar ou de parentesco que pode importar prática vedada na forma do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, nas condições abaixo especificadas.

São práticas vedadas, entre outras, a ocupação de cargo em comissão ou de função gratificada, no âmbito do Tribunal, por cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de magistrado ou de servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento. As demais hipóteses, inclusive as exceções, constam do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005.

SE MARCADA A OPÇÃO "SIM":

NOME DO PARENTE:

MATRÍCULA:

CARGO/FUNÇÃO:

GRAU E TIPO DE PARENTESCO:

LOTAÇÃO:

DECLARO, por fim, sob minha responsabilidade pessoal, na forma do art. 299 do Código Penal, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Por ser verdade, assino a presente.

(Nome por extenso ou assinatura eletrônica pelo GOV.BR)

DECLARAÇÃO

ANEXO IV

Declaração sobre Exercício da Advocacia

Eu,
CPF nº , declaro, para fins de posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para os fins do art. 1º, inciso I, alínea "k", da Resolução TJTO nº 2/2014, e em conformidade com o art. 28, inciso II, e § 1º, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994:

- ☐ **NÃO** exerço a advocacia, mesmo em causa própria.
- ☐ **SIM**, exerço a advocacia, mesmo em causa própria.

SE MARCADA A OPÇÃO "SIM":

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA OAB:

SECCIONAL:

Observação: nesta hipótese, o declarante deve apresentar comprovante de solicitação de cancelamento ou de licença da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "k", da Resolução TJTO nº 2/2014.

DECLARO, por fim, sob minha responsabilidade pessoal, na forma do art. 299 do Código Penal, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Por ser verdade, assino a presente.

(Nome por extenso ou assinatura eletrônica pelo GOV.BR)

DECLARAÇÃO

 | ANEXO V

Declaração de Participação ou Não em Sociedade Privada

Eu, ,
CPF nº , declaro, para fins de posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal de
Justiça do Estado do Tocantins, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "g", da Resolução TJTO nº 2/2014, e do
art. 36, incisos I e II, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (LOMAN):

- ☐ **NÃO** exerço o comércio, nem participo de sociedade comercial, civil, associação ou
fundação privada, ressalvada a condição de acionista ou quotista e a participação, sem
remuneração, em associação de classe.
- ☐ **SIM**, exerço o comércio ou participo de sociedade comercial, civil, associação ou fundação
privada, nas condições abaixo especificadas.

SE MARCADA A OPÇÃO "SIM":

Nesta hipótese, o(a) nomeado(a) deve apresentar o respectivo contrato social.

NOME DA ENTIDADE:	CNPJ:
NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO (ACIONISTA, QUOTISTA, CARGO DE DIREÇÃO, CARGO TÉCNICO ETC.):	
PERCEBE REMUNERAÇÃO?	SE SIM, QUAL O PERCENTUAL (%)?
☐ Não ☐ Sim	

NOME DA ENTIDADE:	CNPJ:
NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO (ACIONISTA, QUOTISTA, CARGO DE DIREÇÃO, CARGO TÉCNICO ETC.):	
PERCEBE REMUNERAÇÃO?	SE SIM, QUAL O PERCENTUAL (%)?
☐ Não ☐ Sim	

DECLARO, por fim, sob minha responsabilidade pessoal, na forma do art. 299 do Código Penal, que as
informações aqui prestadas são verdadeiras.

Por ser verdade, assino a presente.

(Nome por extenso ou assinatura eletrônica pelo GOV.BR)

DECLARAÇÃO

ANEXO VI

Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade (TCSC)

NOME COMPLETO:	
CPF / MATRÍCULA:	CARGO, FUNÇÃO OU ATIVIDADE:
ÓRGÃO / SETOR DE LOTAÇÃO:	
VÍNCULO INSTITUCIONAL:	
☐ Magistrado ☐ Servidor Efetivo ☐ Comissionado ☐ Terceirizado ☐ Estagiário	
☐ Outro:	

Pelo presente instrumento, eu, compromissário devidamente qualificado no quadro acima, na qualidade de integrante do Poder Judiciário do Estado do Tocantins (PJTO), assumo o compromisso solene de manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre todos os dados, documentos, arquivos e ativos de informação produzidos ou sob guarda deste Poder Judiciário aos quais eu tiver acesso em decorrência do desempenho de minhas atribuições, em estrita conformidade com as cláusulas e condições descritas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Este Termo tem por objetivo resguardar a segurança institucional e proteger os ativos de informação, com foco especial na informação sigilosa produzida ou sob guarda do Poder Judiciário do Estado do Tocantins (PJTO), visando mitigar riscos de vazamentos, acessos indevidos e incidentes de segurança, bem como fomentar a cultura de segurança institucional de forma perene.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

O compromissário obriga-se a:

- Não revelar, divulgar, reproduzir, transferir, publicar ou, por qualquer outro meio, direta ou indiretamente, disponibilizar a terceiros não autorizados informações classificadas como sigilosas, segredos de justiça, dados de processos sob restrição de publicidade ou quaisquer informações estratégicas institucionais das quais venha a tomar conhecimento em razão de sua atividade;
- Utilizar as informações e os ativos digitais aos quais tiver acesso única e exclusivamente para o estrito cumprimento de suas atribuições funcionais, abstendo-se de utilizá-los para fins particulares, comerciais ou de modo prejudicial à instituição;
- Guardar absoluto sigilo sobre credenciais de acesso, senhas, certificados digitais e chaves criptográficas fornecidas para uso pessoal e intransferível nos sistemas computacionais do PJTO, sendo vedada a sua partilha sob qualquer pretexto.

DECLARAÇÃO | ANEXO VI — CONTINUAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA — DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

O compromissário declara estar plenamente ciente das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 — LGPD), comprometendo-se formalmente a:

- Tratar os dados pessoais de jurisdicionados, servidores, magistrados e colaboradores com ética, responsabilidade, conformidade e estrito respeito aos princípios da finalidade, adequação, necessidade e segurança;
- Não realizar qualquer operação de tratamento de dados pessoais (coleta, arquivamento, compartilhamento, eliminação, entre outros) fora das hipóteses legais ou sem a devida autorização no exercício de suas funções;
- Proteger a privacidade e os direitos dos titulares dos dados de quaisquer acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

CLÁUSULA QUARTA — DO USO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

O compromissário declara expressa ciência da obrigatoriedade do uso do crachá de identificação funcional de forma visível durante todo o período de permanência nas dependências das unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. O crachá de identificação é de uso pessoal e intransferível, constituindo elemento essencial de segurança física, controle de acessos e integridade institucional.

CLÁUSULA QUINTA — DA COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES E SUSPEITAS DE VIOLAÇÃO

O compromissário compromete-se a reportar imediatamente, de forma proativa, qualquer ato ou fato de que tenha conhecimento que represente suspeita de violação de sigilo, vazamento de dados, uso não autorizado de sistemas ou qualquer incidente que possa comprometer a segurança da informação institucional.

Parágrafo Único. A comunicação oficial de tais incidentes deve ser direcionada imediatamente ao Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), designado formalmente como a área responsável por receber, centralizar e processar os relatos de incidentes de segurança da informação no âmbito do PJTO.

CLÁUSULA SEXTA — DA RESPONSABILIDADE E DAS PENALIDADES

A violação dos deveres de sigilo, confidencialidade, conformidade com a LGPD ou uso inadequado dos ativos institucionais sujeitará o compromissário às sanções disciplinares, administrativas, cíveis e penais previstas na legislação em vigor, inclusive a Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN) e a Lei Estadual nº 1.818/2007, o Código Penal Brasileiro, as normas específicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sem prejuízo da rescisão imediata do vínculo contratual ou de prestação de serviços no caso de colaboradores terceirizados e estagiários.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA PERENIDADE DO COMPROMISSO

As obrigações de sigilo, confidencialidade e proteção de dados estabelecidas neste Termo possuem caráter permanente, subsistindo de forma integral mesmo após o término definitivo do vínculo, mandato, cargo, função, estágio ou prestação de serviços do compromissário com o Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

(Nome por extenso ou assinatura eletrônica pelo GOV.BR)

DECLARAÇÃO | ANEXO VII

Declaração de Inexistência de Impedimento para a Posse (Resolução CNJ nº 156/2012)

Eu,
CPF nº , declaro, para fins de posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nos termos do art. 1º, inciso II, alíneas "e" e "h", da Resolução TJTO nº 2/2014, sob as penas da lei:

- a) que não incido em qualquer das hipóteses de vedação previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e nos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 636/2025;
- b) ter ciência de que as vedações da Resolução CNJ nº 156/2012 alcançam a designação para função de confiança e a nomeação para cargo em comissão, e de que esta declaração é exigida para a posse em cargo efetivo de magistrado por força da Resolução TJTO nº 2/2014;
- c) ter ciência de que as informações aqui prestadas serão verificadas pela Administração, mediante análise da documentação pertinente;
- d) que comunicarei imediatamente qualquer alteração superveniente das condições ora declaradas;
- e) que são verdadeiras as informações prestadas neste documento.

Municípios/UF em que tive domicílio nos últimos 5 (cinco) anos, para fins de identificação dos órgãos competentes para emissão das certidões exigidas, nos termos do art. 1º, inciso III, alínea "c", da Resolução TJTO nº 2/2014, e do art. 5º, § 2º, da Resolução CNJ nº 156/2012:

MUNICÍPIO/UF	PERÍODO

DECLARO, por fim, sob minha responsabilidade pessoal, na forma do art. 299 do Código Penal, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Por ser verdade, assino a presente.

(Nome por extenso ou assinatura eletrônica pelo GOV.BR)

DECLARAÇÃO

ANEXO VIII

Autodeclaração de Isenção de Entrega da Declaração de Imposto de Renda e de Bens e Valores

Eu,
CPF nº , declaro, para fins de posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "h", da Resolução TJTO nº 2/2014, com a redação dada pela Resolução TJTO nº 5/2026, e do art. 13, caput e § 2º, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992:

1. Da isenção do Imposto de Renda

Estou dispensado(a) da entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física referente ao último exercício, por não me enquadrar em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade previstas na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil vigente para o exercício correspondente.

2. Dos bens e valores

Em razão da isenção declarada no item 1, e como esta autodeclaração substitui, nesse caso, a declaração de bens e valores exigida pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", da Resolução TJTO nº 2/2014, declaro que, quanto ao meu patrimônio privado:

- ☐ Não possuo bens, direitos ou valores patrimoniais a declarar.
- ☐ Possuo os bens, direitos ou valores relacionados na tabela abaixo.

Relação de bens e valores (preencher apenas se marcada a segunda opção do item 2), incluindo, quando for o caso, os do cônjuge ou companheiro(a), dos filhos e de outras pessoas sob minha dependência econômica, excluídos objetos e utensílios de uso doméstico:

DESCRIÇÃO DO BEM, DIREITO OU VALOR	TITULAR	VALOR (R\$)

DECLARO, por fim, sob minha responsabilidade pessoal, na forma do art. 299 do Código Penal, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, e comprometo-me a atualizar esta declaração anualmente e na data em que deixar o exercício do cargo, nos termos do art. 13, § 2º, da Lei nº 8.429/1992.

Por ser verdade, assino a presente.

(Nome por extenso ou assinatura eletrônica pelo GOV.BR)

DECLARAÇÃO | ANEXO IX

Declaração de Vínculos com Entes Públicos ou Órgãos Jurisdicionais nos Últimos 10 (Dez) Anos

Eu, ,
CPF nº , declaro, para fins de posse no cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "c", da Resolução TJTO nº 2/2014, e do art. 5º, § 1º, inciso V, da Resolução CNJ nº 156/2012, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 186/2014:

- ☐ Não tive vínculo com ente público ou órgão jurisdicional nos últimos 10 (dez) anos.
- ☐ Tive vínculo com o(s) ente(s) público(s) ou órgão(s) jurisdicional(is) relacionado(s) na tabela abaixo, nos últimos 10 (dez) anos, e DECLARO que, em nenhum deles, fui demitido(a), a qualquer título, tive aposentadoria ou disponibilidade cassada, ou fui destituído(a) de cargo em comissão.

Entes públicos ou órgãos jurisdicionais em que atuei nos últimos 10 (dez) anos (preencher apenas se marcada a segunda opção acima):

ENTE PÚBLICO / ÓRGÃO JURISDICIONAL	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO

Observação: esta declaração deve vir acompanhada, quando existentes, das certidões ou declarações emitidas pelos entes públicos ou órgãos jurisdicionais relacionados na tabela acima.

DECLARO, por fim, sob minha responsabilidade pessoal, na forma do art. 299 do Código Penal, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Por ser verdade, assino a presente.

(Nome por extenso ou assinatura eletrônica pelo GOV.BR)